



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE MANGUALDE**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de ativo líquido de 69.564.215 euros e um total de fundos próprios de 44.677.707 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.362.322 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 16.133.336 euros de despesa paga e um total de 17.690.258 euros de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7.1 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Como resultado do nosso exame anotamos que:
- 7.1. Conforme referido na nota 8.2.14 do Anexo e relativamente aos imóveis de domínio público afetos ao Município, não existe garantia que as Demonstrações Financeiras reflitam a universalidade daqueles bens, tanto em quantidade, como em valor, pelo que não podemos formar opinião acerca do impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Bens de Domínio Público e outras rubricas relacionadas, designadamente com Amortizações, Subsídios ao Investimento e Património e em consequência nos Resultados e nos Fundos Próprios, o mesmo acontecendo com o valor dos imóveis do domínio privado ali identificados e que não foram reconhecidos contabilisticamente nem inventariados.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do ajustamento que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7.1 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE MANGUALDE** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 9.1. Da aplicação generalizada do princípio da especialização dos exercícios resultou uma melhoria da informação económica e financeira designadamente com Acréscimos de Proveitos de cerca de 3.100.000 euros, Acréscimos de Custos de cerca de 200.000 euros e regularizações positivas em Resultados Transitados de 2.600.000 euros, com efeito positivo no resultado líquido de cerca de 320.000 euros e nos Fundos Próprios de 2.920.000 euros.
- 9.2. O Município apresentava a 31 de dezembro de 2014 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, correspondente a cerca de 1,2 vezes a média da receita corrente líquida cobrada. A dívida total que em 31 de dezembro de 2014 era de cerca de 13.700.000 euros, teve uma redução no ano de cerca de 3.000.000 euros.
- 9.3. A execução orçamental global da receita e da despesa no exercício de 2014 foi respetivamente de cerca de 88,46% e 80,67%.

Guarda, 20 de Abril de 2015

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780